

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



O Empreendimento Fins Múltiplos de Alqueva já está a mudar a região, a transformar uma área muito significativa do Alentejo numa terra de futuro. Abrangendo um território com cerca de 10 mil quilómetros quadrados e 20 municípios, a valorização económica da sua dimensão multisectorial associada ao recurso ÁGUA, só é possível pela reserva estratégica que a Albufeira de Alqueva e dos sub-sistemas que lhe estão associados representam.

Alqueva é já uma realidade na agricultura de regadio, mas também na produção de energia, no turismo náutico e de natureza, no abastecimento de água às populações e no combate às alterações climáticas, num quadro de desenvolvimento sustentável em que os impactos ambientais decorrentes deste grande conjunto de investimentos, cada vez mais geradores de actividades com valor económico, foram e são objecto de uma monitorização sistemática.



Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

António Dieb

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboradores internos:

Amável Candeias
Nelson Faustino
Teresa Godinho

Colaboradores externos:

CIMAL - Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

Edição: Dezembro 2014

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

8

Tema em destaque:
Alentejo Litoral 2020

20

Opinião:
Alqueva, Uma Realidade Inquestionável

28

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Situação em 31-12-2014

32

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Investimentos em destaque



Nota de Abertura

O Acordo de Parceria que Portugal assumiu com a Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial apoiada pelos fundos comunitários e estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal.

Neste contexto, preconiza-se que a territorialização das políticas públicas esteja cada vez mais alinhada com a organização territorial do Estado, para o que a participação das autarquias locais associadas em Comunidades Intermunicipais, é um elemento determinante mediante a preparação de Estratégias de Desenvolvimento Territorial que se constituirão como referência para assegurar a coerência estratégica de intervenções de cariz sub-regional e local.

No Alentejo foram já elaboradas e reconhecidas estas 5 Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (Alto Alentejo, Alentejo Central, Lezíria do Tejo, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral), sendo por isso oportuno no **TEMA EM DESTAQUE** abordá-las nas edições deste Boletim. Começamos no presente numero com um artigo da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), que escolheu como titulo: " Alentejo Litoral 2020 - uma estratégia colectiva para uma sub-região mais coesa, mais competitiva e atractiva".

" ALQUEVA, uma realidade inquestionável " é o titulo do artigo de **OPINIÃO**, da responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, S.A. (EDIA). O projecto de Alqueva representa, antes de mais, a garantia de água. Uma garantia só possível graças à reserva estratégica que a albufeira de Alqueva comporta e à imensa rede de canais e condutas que a permitem distribuir no território e com resultados que são já muito visíveis, nomeadamente no que à Agricultura respeita. Alqueva é em primeiro lugar uma obra pública, um conjunto de investimentos para um desenvolvimento multisectorial na região, com uma zona de influência directa que abrange 20 Municípios, num território com cerca de 10 mil quilómetros quadrados e que cria condições para a dinamização do investimento privado em vários domínios. Mas Alqueva é também, Energia, História, Turismo e a primeira Reserva Mundial Dark Sky certificada pela UNESCO. Alqueva é pois um dos grandes investimentos que está a mudar a região, a transformar o Alentejo numa terra de oportunidades e com mais futuro.

O **PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL - INALENTEJO**, aproxima-se do seu fim e até final de Dezembro de 2014 (dados provisórios) tinha aprovado 2168 operações, que se traduziram num investimento total previsto de 1.255 M€, com uma comparticipação de 947 M€ de FEDER associado e um compromisso global de apoios FEDER superior em cerca de 95 M€ à dotação disponível, o que representa uma significativa capacidade de investimento por parte dos agentes regionais, mas que se espera vir a acomodar até ao encerramento do programa. Já a taxa de execução se situa nos 75%, o que vai exigir por parte da Autoridade de Gestão do INALENTEJO e dos promotores um esforço muito significativo, sendo certo que a evolução conhecida das operações ainda em execução permitirá á Região aproveitar na integra os apoios que lhe estão alocados ■

António Dieb

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo



Conjuntura Regional

Dezembro de 2014

O Alentejo apresenta uma evolução favorável nas taxas de emprego e de desemprego, sendo ambas inferiores aos valores médios nacionais.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO

INDICADORES	Alentejo						Portugal	Fonte
	2013			2014				
Taxa de Emprego %	46,3	46,6	47,2	46,6	48,3	48,9	51,4	INE
Taxa de desemprego %	17,3	16,1	15,6	16	14	12,6	13,1	INE
População desempregada Inscrita nos Centros de Emprego (Milhares)	45,3	44,4	43,6	43,2	37,8	39,1	616,6	IEFP
População empregada por conta de outrém (Milhares)	62,4	57,6	56,1	57,2	50,4	45,2	4565,1	INE
População activa (Milhares)	361,2	358	359,5	356,3	360,1	358,4	5254,0	INE
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	12,7	12,8	13,1	13,6	13,7	14	14,2	Banco Portugal
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	10,4	10,8	11,1	11,5	11,9	13	13	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	9312	9205	9118	9035	8974	8906	37476	Banco Portugal
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	5282	5154	5108	5104	5096	4648	23354	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (Nº devedores)	311369	309872	310497	309554	307720	307548	1482644	Banco Portugal
Licenças de construção (Nº fogos)	37	57	29	28	24	26	642	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	915	877	895	866	901	874	1006	INE
Turismo: dormidas (nº)	123313	56771	83813	116273	147575	105707	4244208	INE
Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	5329	6482	3201	3806	5353	4890	199747	INE

Tendo por referência os dados mais actualizados de 2014, aquele ano ficou marcado pela evolução positiva da taxa de emprego e pelo decréscimo da taxa de desemprego. A primeira chegou ao valor de 48,9% e a segunda a 12,6%, sendo as taxas nacionais de 51,4% e 13,1%, respectivamente, o que corresponde ao posicionamento da região, em ambos os casos, a ter valores inferiores à média nacional. Se no caso da Taxa de Desemprego esta situação é favorável ao Alentejo no caso da Taxa de Emprego, a região já se encontra numa situação de desvantagem.

Apesar da evolução da taxa de emprego reflectir uma curva ascendente, a evolução da população empregada reflecte uma situação descendente. Esta incoerência verifica-se também na taxa de desemprego com uma evolução descendente e a população desempregada inscrita nos Centros de Emprego, com uma inflexão à descida que se vinha verificando. Relacionada com o cálculo destas taxas está a evolução da população activa que tem verificado alguma descontinuidade, alternando tendências ascendentes e descendentes, podendo considerar-se uma tendência de estabilidade.

Na esfera empresarial, denotaram-se também algumas dificuldades assistindo-se a um decréscimo do valor dos empréstimos concedidos e a um aumento continuado do rácio de crédito vencido em percentagem dos empréstimos concedidos. Este valor atingiu o valor médio nacional (13%).

No sector da construção, após uma subida do número de licenças no início de 2014 (atingindo um máximo de 57), seguida de uma descida, pode dizer-se que se tem registado uma relativa estabilidade no número de edifícios licenciados, tratando-se, no entanto, de um número muito reduzido (oscilação entre 29 e 26 licenças). A avaliação bancária dos alojamentos (€/m²) tem tido alguma oscilação, podendo considerar-se uma relativa estabilidade dado que os valores têm variado entre 915€/m² e 866 €/m², sendo o valor do último período de 874€/m². Estes valores são inferiores ao valor médio nacional que ultrapassa os mil euros (1006€/m²).

Os empréstimos concedidos às famílias têm vindo a manifestar uma tendência decrescente, sendo essa tendência mais acentuada no último período em apreço. O número de famílias a recorrer a empréstimos também tem diminuído.

Quanto à actividade turística, no que se refere ao nº de dormidas, tem vindo a manifestar uma tendência crescente ao longo de 2014 sendo que no último período inverteu ligeiramente essa tendência. No entanto, a tendência dos proveitos divergiu da anterior até ao 3º trimestre, sendo que a partir daí acompanhou uma tendência idêntica à do indicador anterior, podendo imputar-se essa ligeira tendência decrescente à sazonalidade ■



Tema em destaque

ALENTEJO LITORAL 2020

Uma estratégia coletiva para uma sub-região mais coesa, mais competitiva e atrativa



O Alentejo Litoral afirma-se como uma região onde se manifesta um conjunto alargado de potencialidades e desafios de desenvolvimento: a presença de valores ambientais e paisagísticos de relevo, aptidão para o turismo balnear e de natureza, o polo económico de Sines, um conjunto de recursos endógenos de excelência com amplas oportunidades de aprofundamento, tanto em contexto rural como costeiro.

Apresenta-se, contudo, um conjunto de desafios que devem merecer a atenção de todos quantos se relacionam com o território, nomeadamente os relativos à demografia, à densificação do tecido empresarial, à estruturação da rede urbana e das lógicas associadas às funções de base territorial.

A reflexão prospetiva que se operou no contexto da definição estratégia para o horizonte 2020 identificou e considerou, de forma bastante discutida e participada, quer o conjunto destas potencialidades como os desafios, atendendo igualmente a toda a conjuntura nacional e europeia. O que se pretendeu neste processo não foi identificar, em concreto, os projetos ou as iniciativas a implementar até 2020, antes os seus eixos estratégicos de desenvolvimento, que garantam a convergências das diversas intervenções dos variados atores do território para a prossecução de objetivos e metas comuns.

Chegou-se, neste contexto, a uma visão para o Alentejo Litoral 2020 que baseia toda a estratégia sub-regional:

“Afirmar o Alentejo Litoral como um território direcionado para a qualidade de vida da população e para a internacionalização dos principais setores da economia, que promove a proteção e salvaguarda recursos ambientais e paisagísticos, enquanto tónica essencial à afirmação e ao desenvolvimento do cluster do turismo e que fomenta o equilíbrio das funções urbanas e das lógicas associadas à mobilidade e acessibilidade residencial e do emprego, enquanto matriz de suporte e de atração de novos residentes e empresas”.

A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir desta visão, e da discussão e partilha levada a cabo com cerca de meia centena de atores relevantes para o desenvolvimento do território, desenhou-se uma Estratégia Integrada, a qual assenta em dois pilares fundamentais: a procura externa como motor da região; a qualidade de vida dos residentes.



Pilar A. Procura externa como motor da região

A procura externa, nacional e internacional, constitui uma alavanca para o desenvolvimento da região e para o crescimento das economias locais e regional. Assenta num conjunto de áreas estratégicas cujo robustecimento é bastante relevante: atividade turística, onde se destacam o turismo de sol e praia, turismo sénior, turismo de natureza, turismo cultural, turismo de negócios e náutico e turismo residencial; polo económico de Sines, intimamente relaciona com a existência de um porto de águas profundas e a Zona Industrial e Logística de Sines, constituindo-se uma importante centralidade urbana regional; recursos endógenos, com um elevado potencial de valorização ambiental, produtiva e de mercado, agregando a agricultura, hortofloricultura, floresta, pecuária, pesca, aquicultura, cujos principais desafios se colocam ao nível da estruturação as fileiras produtivas, certificação e planeamento de canais de distribuição.

Pilar B. Qualidade de vida dos residentes e potenciais residentes

O reforço desta característica da sub-região prende-se com o desenvolvimento de laços entre os atores económicos e sociais, melhoria do nível de acesso aos serviços, equipamentos e funções, reforçando igualmente as relações entre os centros urbanos sub-regionais e regionais.

A abordagem estratégia procura, igualmente, desenvolver um efeito polarizador entre as realidades do interior e do litoral, estabelecendo dinâmicas de crescimento e um efeito de arrastamento e tração entre as diversas faces do território.

A estratégia assente nestes dois pilares subdivide-se em 4 eixos, aos quais subjaz ainda um conjunto de Condições Transversais de Suporte, as quais respeitam a âncoras fundamentais para a criação de um contexto que garanta a concretização das prioridades estratégicas. Estas condições transversais de suporte são medidas complementares relacionadas com as políticas públicas, nomeadamente ao nível do ordenamento e da fiscalidade, e que se consideram determinantes para a atratividade e competitividade do Alentejo Litoral.

EIXOS ESTRATÉGICOS

VISÃO: "Afirmar o Alentejo Litoral como um território direccionado para a qualidade de vida da população e para a internacionalização dos principais setores da economia, que promove a proteção e salvaguarda recursos ambientais e paisagísticos, enquanto tónica essencial à afirmação e ao desenvolvimento do cluster do turismo e que fomenta o equilíbrio das funções urbanas e das lógicas associadas à mobilidade e acessibilidade residencial e do emprego, enquanto matriz de suporte e de atração de novos residentes e empresas".

Pilar A. Procura externa como motor da região

Eixo 1.
Construção e afirmação do produto turístico



Eixo 2.
Afirmção do pólo económico de Sines



Eixo 3.
Valorização dos recursos endógenos



Pilar B. Qualidade de vida dos residentes

Eixo 4.
Fomento da acessibilidade física, funcional e virtual



» Condições transversais de suporte

Promover a governação territorial e um novo modelo de gestão, liderança e participação.

Implementar medidas de discriminação positiva no sentido de atrair novos residentes e atividades.

Articular os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente as normas e as orientações previstas em planos regionais, municipais e especiais.

Visão

Pilares estratégicos

Eixos estratégicos de desenvolvimento

Eixo 1.

Eixo 2.

Eixo 3.

Eixo 4.

Condições transversais



Eixo 1. Construção e afirmação do produto Turístico

O Alentejo Litoral dispõe de condições únicas para o desenvolvimento turístico, detendo um conjunto alargado de recursos de excelência, inseridos numa lógica ambiental e paisagística que permitem afirmar novas práticas turísticas, inovadoras e de carácter diferenciador. Os valores patrimoniais, identitários e históricos são igualmente relevantes, bem como o posicionamento geoestratégico da sub-região. São prioridades de desenvolvimento no âmbito deste eixo estratégico o turismo de sol e mar, natureza, residencial e negócios/náutico.

A baixa densidade, o descongestionamento da sub-região, a segurança, a autenticidade, a hospitalidade e a cultura gastronómica são elementos favoráveis ao desenvolvimento turístico e afirmação dos produtos. Um elemento determinante neste domínio respeita à capacidade de promoção da animação turística, quer de iniciativa pública quer privada, contribuindo para o aumento da estada média. Outro desafio relevante coloca-se ao nível do combate à sazonalidade, característica dos modelos assentes no turismo residencial, devendo por isso procurar-se a estruturação da visitação, de forma coerente e sustentável, evitando também a degradação do sistema ambiental e paisagístico.



Eixo 2. Afirmação do Polo Económico de Sines

O Polo Económico de Sines é um ativo determinante para a afirmação internacional de Portugal, representando igualmente um canal privilegiado para a internacionalização de produtos do Alentejo. Tendo um efeito polarizador bastante relevante, e que extravasa em larga medida o território do Alentejo Litoral, integra o corredor ibérico de infraestruturas portuárias. O alargamento do Canal do Panamá pode representar uma oportunidade decisiva, sendo Sines o primeiro porto de contacto ao nível europeu.

Para a afirmação do Polo Económico de Sines é decisiva a consolidação da sua dinâmica intermodal, nomeadamente entre o transporte marítimo, ferroviário e rodoviário, com níveis de qualificação, serviço e acesso competitivos e diferenciadores.

Para tal são críticas infraestruturas como o eixo ferroviário Sines – Évora – Caia – Badajoz, o IC 33, o IP 8 ou o IC 4 (essencial também para os restantes eixos, nomeadamente na ótica turística e de comercialização de produtos endógenos, mas também para a qualificação dos movimentos pendulares sub-regionais).

O Polo Económico de Sines deve afirmar-se como um elemento de reforço da abertura e diversificação das atividades económicas, aligeirando o seu peso energético dependente do carbono, atraindo empresas, competências, serviços e residentes, articulando funções locais e regionais, nacionais e internacionais.



Eixo 3. Valorização dos recursos endógenos

A relação natural entre o solo, o relevo, a fauna, os rios, as lagoas, a rede de barragens, os perímetros e canais de rega, o mar, aliados a fatores climatéricos como a exposição solar, tornam o Alentejo Litoral num caso paradigmático e de enorme potencial de desenvolvimento e crescimento.

Este eixo impõe a consideração de dois vetores: a proteção, conservação e salvaguarda dos recursos naturais e a necessidade de promover a correta utilização destes recursos do ponto de vista produtivo. É neste contexto que o Alentejo Litoral se deve afirmar como um ator de relevo para o desenvolvimento de produtos agrícolas, hortofrutícolas, florestais, da pecuária, pesca e aquicultura.

Existindo já casos empresariais de enorme sucesso, com elevado grau exportador, tal deve-se à imagem de marca dos produtos, que se pauta pela sua qualidade, bem como pela possibilidade de serem céleres e competitivamente colocados nos principais mercados. As condições edafoclimáticas, a disponibilidade de espaço, as condições topográficas, as condições para o desenvolvimento de produções inovadoras como a hidroponia e a riqueza nutricional dos recursos hídricos são vantagens competitivas endógenas do Alentejo Litoral.

Um dos principais desafios deste eixo estratégico prende-se com a necessidade de criação e organização das fileiras produtivas, aumento a sua competitividade, bem como o aprofundamento da cooperação entre produtores e a certificação, promovendo maior diferenciação face aos concorrentes.

O mar é igualmente fértil em oportunidades, quer no âmbito da atividade piscatória, da aquicultura, mas também no âmbito da indústria naval de desporto e recreio e da produção eólica *offshore*.

Uma outra área de grande afirmação do território respeita à produção de cortiça, que atualmente se defronta com problemas de sustentabilidade associados a doenças que afetam o montando. O subsolo também exige maior atenção, quer ao nível da prospeção e monitorização, quer no interior quer no litoral.

Nestes domínios é fundamental o robustecimento da sua proximidade ao sistema científico, criando redes entre empresários, produtores, universidades e centros de investigação.





Eixo 4. Acessibilidade física, funcional e virtual

A configuração espacial do sistema urbano da sub-região, sobretudo se analisado em termos de distância-tempo entre pólos urbanos, ou seja, entre as diversas sedes de concelho, bem como o padrão de baixa densidade populacional, a evolução demográfica e a carência de funções de nível superior, impõem a necessidade de promoção de uma maior densificação do território através de novas lógicas de acesso às diversas funções. Além das questões de mobilidade interna e de acessibilidade externa, os eixos estratégicos propostos pressupõem o reforço da rede que permita a mobilidade dos residentes e dos produtos. Para o efeito é necessário garantir uma forte articulação entre a rede urbana dos cinco Municípios.

Neste domínio é importante a promoção de oportunidades que fixem atividades de base empresarial, de dimensão diversa, tanto em territórios do interior como no litoral. Ao que não é indiferente a oferta educativa e para a qualificação dos recursos, incluindo requalificação de ativos, bem como a oferta de serviços de saúde, de capacitação empresarial e para o empreendedorismo.

Como já se havido referido, a programação de eventos nos equipamentos locais e uma rede satisfatória de transportes, bem como a acessibilidade de comunicações eletrónicas são essenciais para a qualificação do Alentejo Litoral numa ótica diferenciadora.

Condições transversais de suporte

Para o sucesso das iniciativas concorrentes para os eixos estratégicos descritos, são críticas algumas condições transversais de suporte, as quais devem criar um contexto favorável ao desenvolvimento da sub-região. A governação territorial, nomeadamente a definição de um modelo de gestão, liderança e projeto coletivo. A estratégia desenvolvida para o horizonte 2020 procura uma visão convergente para a sub-região, enquadradora e de contexto, procurando um compromisso alargado entre os diversos agentes relevantes no e para o território.

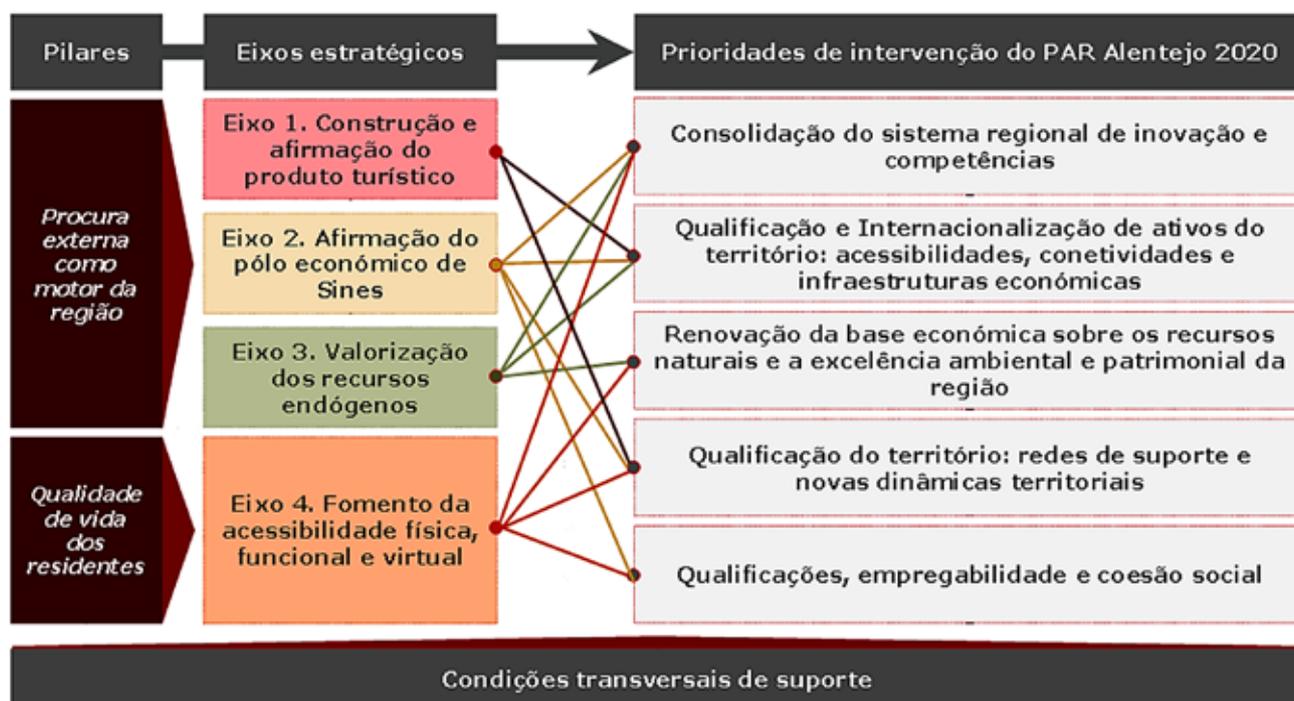
Aliar as diversas vontades, públicas, privadas, associativas, sociais é fundamental para a prossecução de um conjunto de políticas que se destinam a um território relevante na centralidade económica do sistema urbano nacional. A conjugação desses esforços requer organização por parte de todos os intervenientes, diálogo e promoção sub-regional.

Do ponto de vista da atração de novos residentes são fundamentais instrumentos que promovam incentivos para quem pretenda trabalhar e residir no Alentejo Litoral. A discriminação fiscal pode ser útil, por exemplo para a fixação de quadros qualificados.

No que respeita ao ordenamento do território, existe a necessidade de compatibilização dos instrumentos atualmente existentes com os novos desafios que se colocam. A captação de investimentos estruturantes, por exemplo do ponto de vista turístico, é crítica para a sub-região e necessita de um ordenamento mais eficiente do território. No âmbito da captação de novos investimentos na área agrícola e hortofrutícola a situação é idêntica.

CONVERGÊNCIA e GOVERNANCE

Todo o processo de desenvolvimento estratégico pautou-se por uma enorme exigência de convergência entre as agendas regional, nacional e comunitária. Quer isto significar que além de uma estreita aproximação à agenda comunitária Europa 2020, procurou-se uma íntima articulação com as iniciativas estratégicas levadas a cabo no Alentejo, nomeadamente com o Plano de Ação Regional Alentejo 2020, desenvolvido pela CCDR, bem como com a Estratégia Regional para a Especialização Inteligente e o Portugal 2020.



Esse esforço não se prende simplesmente com a capacidade de absorção de fundos comunitários, antes com a plena convicção de que essa sintonia é determinante e crítica para o sucesso das estratégias sub-regional e regional.

Por outro lado, a adequação estratégica tanto ao Plano Operacional Regional como à agenda temática do Portugal 2020 far-se-á numa nova fase, no âmbito do desenvolvimento dos instrumentos em concreto para a absorção de fundos comunitários. Para o efeito, a CIMAL definiu como âncora para a governança estratégica o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, órgão consultivo constituído em julho de 2014, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no qual se reúne o conjunto das entidades mais relevantes do território, que acompanharam e contribuíram para a construção da visão e da estratégia para o Alentejo Litoral 2020.



PLANO DE AÇÃO

Estabilizada a estratégia, num sentido mais amplo, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de uma matriz enquadadora para a sua concretização, a qual deveria servir de base orientadora a todos os agentes do território. Essa matriz deve, por isso, ser amplamente conhecida e apropriada, procurando fornecer instrumentos de contextualização aos agentes territoriais, às iniciáticas e dotar o território de ferramentas para a monitorização e acompanhamento dos resultados das intervenções.

Nesse sentido, identificaram-se sete iniciativas âncora para a prossecução estratégica:

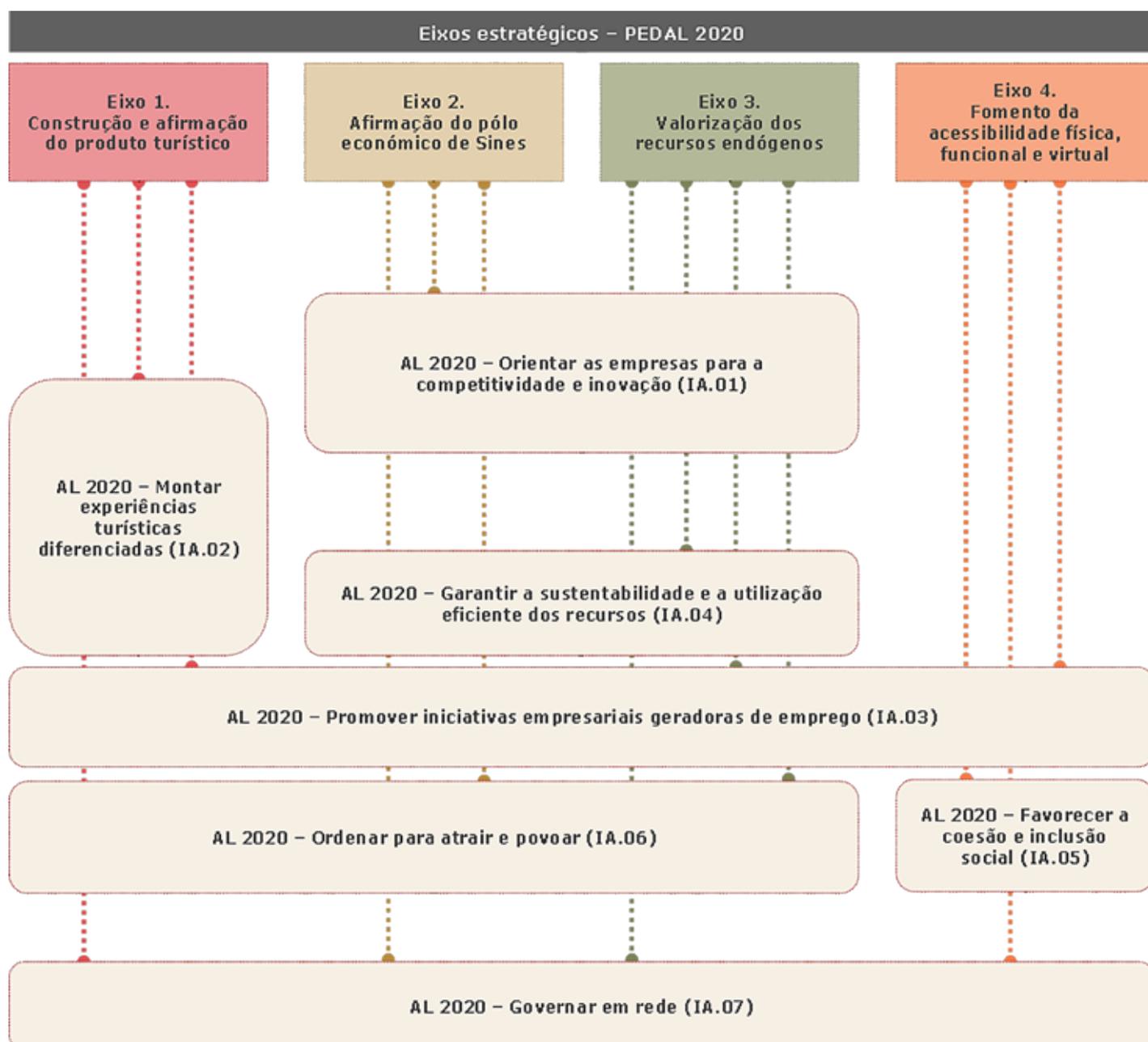
- AL 2020 - Orientar as empresas para a competitividade e inovação (IA.1)
- AL 2020 - Montar experiências turísticas diferenciadas (IA.2)
- AL 2020 - Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego (IA.3)

AL 2020 - Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos (IA.4)

AL 2020 - Favorecer a coesão e inclusão social (IA.5)

AL 2020 - Ordenar para atrair e povoar (IA.6)

AL 2020 - Governar em rede (IA.7)



Este conjunto de Iniciativas âncora desdobra-se em mais de 30 ações enquadradoras. Além de descritos os objetivos de cada ação, identificados alguns dos projetos prioritários assumidos na fase de desenvolvimento da estratégia e exemplificados os potenciais parceiros determinantes em cada uma, este desdobramento permite aprofundar a dimensão prospetiva e densificar a dimensão operacional que se pretende para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Litoral 2020.

A dinâmica inicia-se agora

Os documentos estão disponíveis no sítio internet da CIMAL, em www.cimal.pt, bem como alguns detalhes da sua elaboração. O Alentejo Litoral assumiu que o processo de planeamento seria participado, discutido e dinâmico, o que significa que a produção de um documento estratégico é apenas um elemento do ciclo, não o iniciou e não o encerrará.

Essa visão esteve na base das opções do Conselho Intermunicipal da CIMAL aquando da constituição do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, bem como na definição desta sede para a governance da estratégia.



Pretende-se, desta forma, continuar a refletir sobre a sub-região, garantindo a adequação das linhas orientadoras sempre que necessário, ajustando as intervenções às alterações conjunturais, contribuindo para uma ampla convergência na prossecução dos objetivos identificados, no sentido de o Alentejo Litoral se beneficiar pelo esforço conjunto e em virtude de uma visão partilhada para o futuro.



Em suma, estabeleceu-se um compromisso sub-regional, patrocinado pelos Municípios do Alentejo Litoral reunidos na CIMAL, alargado a todos os setores e intervenientes sub-regionais ■

Artigo da responsabilidade da CIMAL - Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral

Opinião

ALQUEVA, UMA REALIDADE INQUESTIONÁVEL

Quando em 1993 foi anunciado o reatamento do projeto de Alqueva como “um projeto para os próximos 30 anos”, a tradicional desconfiança de quem quer acreditar, mas que a história não deixa, instalou-se nos mais séticos. Afinal, foram 50 anos de espera!

Mas como diz o ditado, “quem espera sempre alcança”.

E dois anos depois, em 1995, é criada a EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. e iniciados os trabalhos junto às obras preliminares deixadas no leito do rio Guadiana em meados da década de 70. Começava a contagem decrescente para o maior projeto hidráulico do País: O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, que afinal não terminará em 2025, como inicialmente programado, mas em finais de 2015, dez anos mais cedo.

As premissas que presidiram à conceção deste projeto, o primeiro em Portugal a receber a designação do “Fins Múltiplos”, assentaram nas características da região, nas suas necessidades e, por consequência, nas soluções que levariam ao preenchimento dos objetivos então identificados, os quais podemos resumir em apenas um: Desenvolvimento.

Foi precisamente esta palavra que diferenciou a EDIA, e o projeto, de outros até aqui implementados em Portugal: “Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva” e não “Empresa de Desenvolvimento das Infra-estruturas do Alqueva”.

Esta pequena subtileza foi a chave para que a partir de uma obra pública, que à partida seria mais uma, se criasse um instrumento para um desenvolvimento multisectorial na região, uma zona de influência direta abrangendo 20 municípios num território com cerca de 10 mil quilómetros quadrados.





MAS O QUE É O PROJETO DE ALQUEVA?

Inicialmente, muitos pensaram que Alqueva era uma barragem. Poucos imaginaram a dimensão que o projeto viria a ter e, principalmente, o seu impacto na economia da região.

Quem esperava por Alqueva sabia que um dia ia chegar às suas casas e aos seus campos agrícola. Mas mesmo hoje ainda há uma grande parte da população de muitos concelhos alentejanos que não sabe que a água que têm nas torneiras é proveniente de Alqueva, ou pelo menos, reforçada por Alqueva.

A memória dos homens é curta e depressa esqueceu as carências de água no abastecimento público de muitas aldeias, vilas e cidades do Alentejo, as pastagens secas e o gado a morrer.

Pois é, o projeto de Alqueva representa, antes de mais, a garantia de água. Uma garantia só possível graças à Reserva Estratégica que a albufeira de Alqueva comporta e à imensa rede de canais e condutas que a permitem distribuir no território.

E é essa água, esses canais e condutas, que compõem o instrumento que está a mudar a região.

Mas a dimensão física do projeto merece aqui alguma descrição, se bem que sucinta, capaz de criar uma visão de abrangência, sustentabilidade e de complementaridade.

Complementaridade porque Alqueva se ligou às principais albufeiras de abastecimento público da região: Monte Novo, Alvito, Roxo e Enxoé; abrangência, porque as suas infraestruturas se estendem por uma área de 120 mil hectares de terrenos agrícolas, servindo os agricultores e a indústria, e sustentabilidade porque este projeto foi pensado numa ótica de otimização do recurso “água”, na minimização e compensação de impactes e numa exploração racional e equilibrada do uso do solo e da água, criando boas expectativas de futuro.

Alqueva nasce numa grande barragem. Nasce da água que ela armazena.

Daí, 380 quilómetros de grandes canais e condutas serpenteiam pela região transportando a água até cerca de 70 barragens e reservatórios, enquanto 52 Estações Elevatórias garantem a sua distribuição à população e à agricultura.



Para servir 120 mil hectares de terrenos agrícolas, cerca de 1600 quilómetros de condutas alimentam perto de 6 500 bocas de rega, prontas a serem utilizadas pelos agricultores, num processo em curso, e que representa a maior revolução agrícola alguma vez vista no Alentejo.

Mas Alqueva é mais.

Alqueva também é energia, história e turismo.

Energia suficiente para cerca de meio milhão de habitantes.

As responsáveis por esta energia são as centrais hidroelétricas que equipam Alqueva e Pedrógão.

Para além destas, existem ainda cinco centrais mini hídricas instaladas na Rede Primária de Alqueva, que utilizam os caudais em circulação, recuperando assim parte da energia consumida no processo de bombagem.

Alqueva é também uma história com muitas estórias. Muitas contadas pela primeira vez.

Alqueva foi pretexto para um sem número de ações e algumas delas nunca conheceriam a luz do dia se não fosse este propósito.

O projeto veio contribuir de uma forma ímpar para o conhecimento dos caminhos traçados por esta região ao longo dos milénios.

Os cerca de 1 800 sítios arqueológicos intervencionados até hoje pela EDIA, reescreveram a história do Alentejo, acrescentando valor à narrativa que se conhecia. São espólios, alguns deles únicos, que enriquecem o conhecimento, a região e o País.



As virtudes de Alqueva não conhecem fronteiras. É de facto também um espaço aberto à visita, à observação, ao lazer, ao turismo...

As potencialidades a este nível estão criadas, e as oportunidades também vão surgindo.

A mais recente conquista chama-se Dark Sky. A primeira reserva mundial certificada pela UNESCO. O céu mais escuro com as estrelas mais brilhantes.

E no que à agricultura diz respeito?

Não são precisos grandes argumentos. Está à vista de todos.



Na passada campanha de rega, quando estavam ao serviço dos agricultores cerca de 68 mil hectares, 64% dessa área foi regada. Aí nasceram novas culturas, bateram-se records nacionais de produção, contribuiu decisivamente para que Portugal passasse de deficitário em azeite a excedentário.

Alqueva trouxe novas produções, algumas delas para exportação.



Cebola, milho, tomate, pimentos, brócolos, melão, melancia, abóbora, aromáticas e medicinais, alfafa, citrinos, pera rocha, nectarinas, damascos, uva de mesa, nozes, amêndoas, pistachos, morangos, papoila, romãs.

A lista é infindável se acrescentarmos as culturas tradicionais como o olival, a vinha e os cereais, que também são regados.

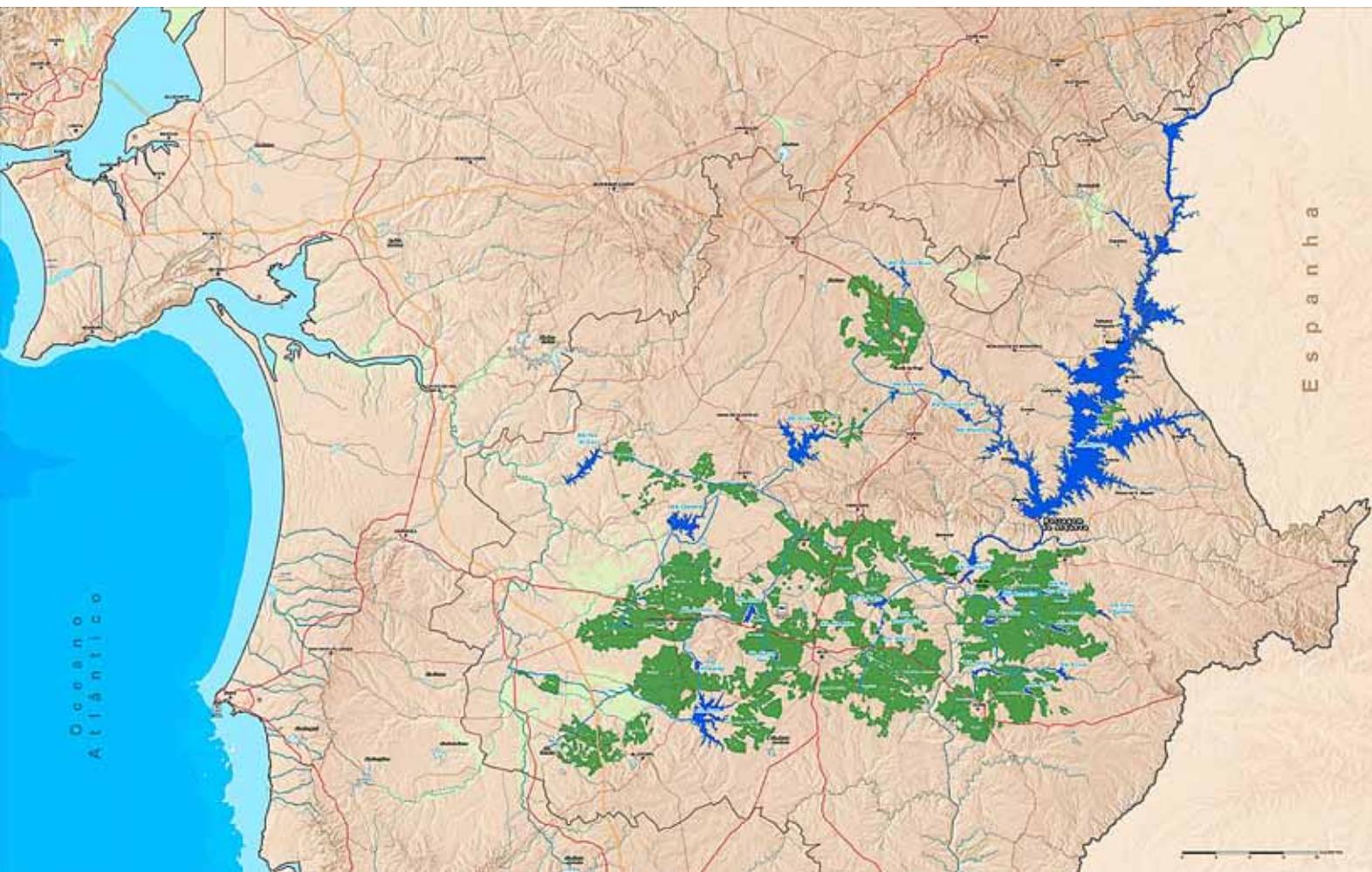
64% da área é pouco?

Não. 64% da área é um número nunca alcançado nos perímetros de rega públicos em tão pouco tempo. Até neste pormenor Alqueva é diferente.

Mas este ano de 2015 a área pronta a regar vai sofrer um incremento nunca visto: Na campanha de rega que se aproxima, Alqueva terá 88 mil hectares disponíveis.

E nesta data estão em curso TODAS as empreitadas da rede secundária, ou rede de rega, de Alqueva que completam os 120 mil hectares do projeto.

MAPA GLOBAL DE ALQUEVA



Na campanha de rega de 2016 o Alentejo terá a maior e a mais moderna infraestrutura de rega do País e da Europa.

As expectativas são imensas se tivermos em conta os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística, quando afirma que o regadio multiplica por 4 o valor da produção agrícola.

E se o investimento nas infraestruturas de Alqueva, na ordem dos 2 mil e 500 milhões de euros, é muito relevante para a região, o investimento que o setor agrícola está a aplicar torna ainda mais evidente o êxito deste projeto.

Nos últimos anos foram aplicados neste setor, na região de Alqueva, investimentos privados muito superiores a 500 milhões de Euros.

Até o retorno do investimento público em Alqueva eleva as expectativas de sucesso.

Por cada Euro investido pelo Estado português, o retorno previsto eleva-se aos 4,45€. Retorno consubstanciado na cobrança de impostos, no aumento do VAB agrícola, no emprego, etc.

A realidade de Alqueva ultrapassa em muito as previsões mais otimistas, deixando no escuro e sem argumentos os mais sécticos do projeto.

A EDIA está a esforçar-se por potenciar o retorno para o País e para a região do investimento aqui aplicado.

Procura soluções e alternativas para uma plena utilização das infraestruturas agora criadas numa zona tradicionalmente agrícola, mas assente numa agricultura de sequeiro.

A promoção das potencialidades de Alqueva é feita dentro e fora das nossas fronteiras, visando captar investimento, disponibilizando informação, criando parcerias, envolvendo os agricultores e fazendo a ponte entre o investidor e o proprietário ou agricultor local.

São ações pró-ativas antecedidas de um levantamento exaustivo das disponibilidades, quer de terras, quer de agricultores.

A pró-atividade da EDIA não se resume apenas à promoção das oportunidades de negócio nas áreas agrícola e agro-industrial.

Esta pró-atividade está patente em todas as áreas potenciadoras da sustentabilidade do projeto, desde a área ambiental, passando pelo desenvolvimento de oportunidades ao nível do turismo, do lazer, da cultura ou da responsabilidade social.

Desde logo as preocupações existentes ao nível da proteção e potenciação do ambiente, quer no acompanhamento e monitorização da biodiversidade, quer na evolução da qualidade dos solos e das massas de água.

Projetos emblemáticos podem aqui ser referenciados, como o Parque de Natureza de Noudar, previsto nas medidas de compensação no âmbito do enchimento da albufeira de Alqueva, e que hoje é um exemplo das práticas agro-silvo-pastoris sustentáveis, a par com o turismo de natureza e com a conservação das espécies, com especial relevância para o Lince Ibérico.



Também o Museu da Luz, construído aquando da edificação da nova aldeia. Para além de se constituir como a guarda da memória da velha aldeia da Luz, é simultaneamente um polo de interação comunitário, um espaço onde a criatividade está aberta ao exterior, trazendo ao interior do país, e à aldeia da Luz em particular, um conjunto de iniciativas artísticas e culturais, envolvendo a população, com especial relevância para a comunidade escolar.

Finalmente, não nos podemos esquecer de uma das grandes oportunidades criadas por Alqueva: O desenvolvimento de atividades relacionadas com o território, com a água, e com as tradições.

Falamos necessariamente do turismo.

A associação da EDIA a outras entidades, nomeadamente aquelas que têm no seu ADN o desenvolvimento e promoção destas atividades, leva a que o esforço para potenciar esta região, seja partilhado, emprestando a EDIA todo o seu apoio e know how ao desenvolvimento de projetos.



Por fim, sublinhar apenas que o enorme potencial que Alqueva encerra, apesar de já ser muito visível e inquestionável, ainda tem muito para mostrar. Os próximos anos vão ser exemplo e a próxima década vai mudar o Alentejo.

Afinal, Alqueva fez-se.

Afinal, Alqueva produz.

Afinal, Alqueva transformou o Alentejo numa terra de futuro ■

Artigo da responsabilidade da EDIA / 2014 - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

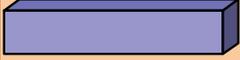
Situação em 31-12-2014 ¹

110,9% do FEDER aprovado no INALENTEJO

No âmbito do INALENTEJO, no final de Dezembro de 2014, encontravam-se aprovadas 2168 operações na região, que se traduziam num investimento total de 1255 milhões de euros e 947 milhões de euros de fundo comunitário FEDER aprovado.

A taxa de compromisso do INALENTEJO atingiu na data referenciada, um valor de 110,9%, o que corresponde a 92,8 milhões de *overbooking* face aos 853,9 milhões de FEDER disponíveis para a região no âmbito do Programa. No entanto, como seria de esperar, o fundo aprovado em *overbooking* já verificou uma variação negativa de 3 milhões face ao trimestre anterior, devido a candidaturas desistidas ou anuladas, sendo expectável que esta situação se venha a verificar de forma mais acentuada até ao final do período de execução do QREN. Esta variação negativa do *overbooking* tem reflexos no valor total do investimento elegível que também passou, no último trimestre (Setembro) de 1260 milhões para 1255 milhões.

Programa Operacional Regional – INALENTEJO

Valores do Fundo Comunitário (Milhões €)		Dez-14	Set-14	Dez-13	Varição Semestre	Varição Anual
Investimento Elegível		1255	1260	1215	-0,4	3,3
Fundo Aprovado		947	950	893	-0,3	6,0
Fundo Executado		642	583	513	10,2	25,2

Fonte: INALENTEJO Dez-2014

O valor do fundo executado (a que corresponde 75,2% do fundo total disponível no Programa) teve uma variação positiva de 25,2% face ao período homólogo de 2013, ao que corresponde a passagem de 513 milhões para 642 milhões. Se tivermos em conta o fundo aprovado, surge o valor de 304,6 milhões por executar, sendo no entanto, a considerar que face ao valor disponível de 853,9 milhões, o valor efectivo por executar é de 211,9 milhões.

Valores do Fundo Comunitário - Dezembro 2014 vs Setembro 2014 e Dezembro de 2013

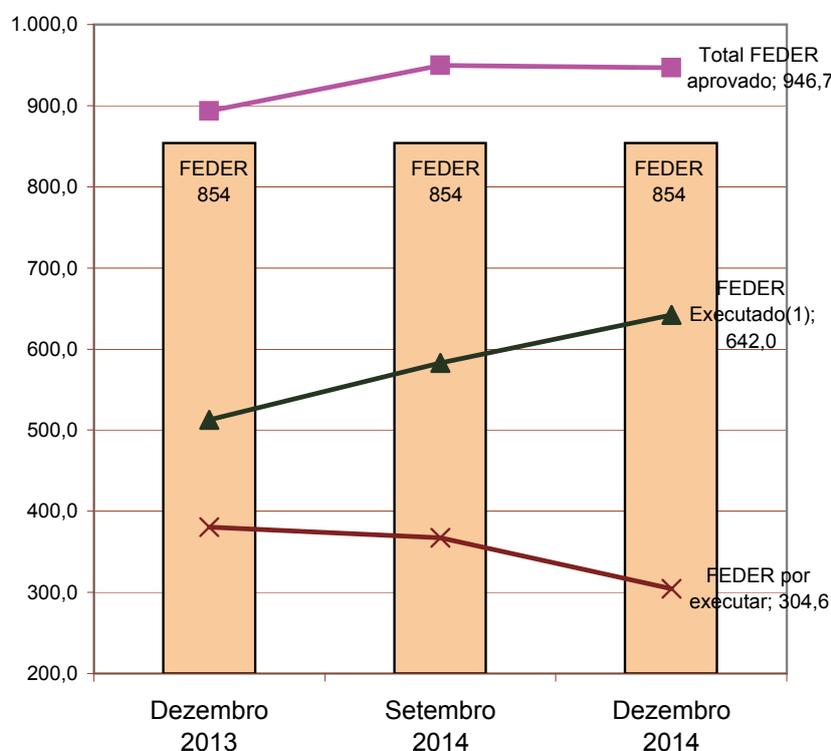
FEDER	Dezembro 2014		Setembro 2014		Dezembro 2013	
	Milh. €	%	Milh. €	%	Milh. €	%
Total FEDER	853,9		853,9		853,9	
Total FEDER aprovado	946,7	110,9	949,8	111,2	893,1	104,6
FEDER Executado ⁽¹⁾	642,0	67,8	582,8	61,4	512,8	57,4
FEDER por aprovar	0,0	0,0	0,0	0,0	-39,2	-4,6
FEDER por executar	304,6	32,2	367,0	38,6	380,4	42,6

Fonte: INALENTEJO 01-12-2014

⁽¹⁾ Fundo Validado + Adiantamentos certificáveis

¹ Dados provisórios

Valores do Fundo Comunitário - Dezembro 2014 vs Setembro 2014 e Dezembro de 2013



Além da expectável variação negativa da *taxa de compromisso* e da crescente *taxa de execução* já referenciadas, é de salientar a variação positiva da *taxa de realização* (que atinge os 67,1%), quer face ao período homólogo de 2013 quer face ao último trimestre.

É de referir ainda que a taxa de pagamento de 71,4% verificou uma variação positiva de 14,2% face ao período homólogo de 2013 e a taxa de reembolso com 106,3% com variação negativa de 4,2 também face ao período homólogo, dado que os pagamentos incluem os adiantamentos efectuados.

Indicadores de gestão - Variação Trimestral e Anual Homóloga

Indicador	Dezembro 2014	Setembro 2014	Dezembro 2013	Variação Trimestre	Variação anual Homóloga
	%	%	%	%	%
Taxa de Compromisso (AP/PR)	110,9	111,2	104,6	-0,3	6,0
Taxa de Realização (VA/AP)	67,1	60,7	56,4	10,7	19,1
Taxa de Execução (VA+AC)/PR	75,2	68,2	60,1	10,2	25,2
Taxa de pagamento (Pag. Benef. ^[1] /AP)	71,4	67,4	62,6	5,9	14,2
Taxa de reembolso (Pag. Benef. ^[2] /VA)	106,3	111,1	111,0	-4,3	-4,2
Fonte: INALENTEJO 31-12-2014					
AP - Aprovado; PR - Programado; VA - Validado; AC - Adiantamentos certificáveis					
^[1] Inclui adiantamentos					
^[2] Inclui adiantamentos					

O Fundo Aprovado e o Fundo Executado, ao longo dos trimestres, vêm mantendo o posicionamento relativo entre os eixos

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, continua a observar-se uma maior concentração de aprovações nos eixos *Coesão Local e Urbana* (eixo 9) e *Competitividade, Inovação e Conhecimento* (eixo 7), totalizando os dois, conjuntamente, 77,5% do fundo aprovado, 79% do investimento elegível e 62% de execução, face ao FEDER disponível para o Programa.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por Eixo

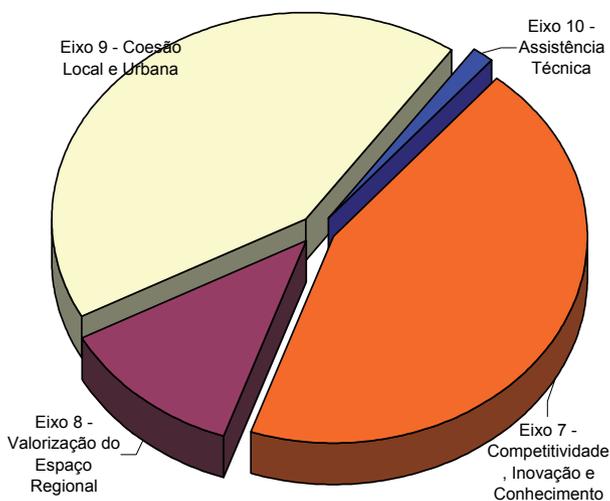
Dez-14

Eixo Prioritário	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.255,1	946,7	100,0	100,0	642,0	100,0
Eixo 7 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	456,9	295,2	36,4	31,2	181,9	28,3
Eixo 8 - Valorização do Espaço Regional	236,2	189,7	18,8	20,0	91,4	14,2
Eixo 9 - Coesão Local e Urbana	535,5	438,4	42,7	46,3	348,0	54,2
Eixo 10 - Assistência Técnica	26,5	23,4	2,1	2,5	14,3	2,2
Adiantamentos certificados					6,4	1,0

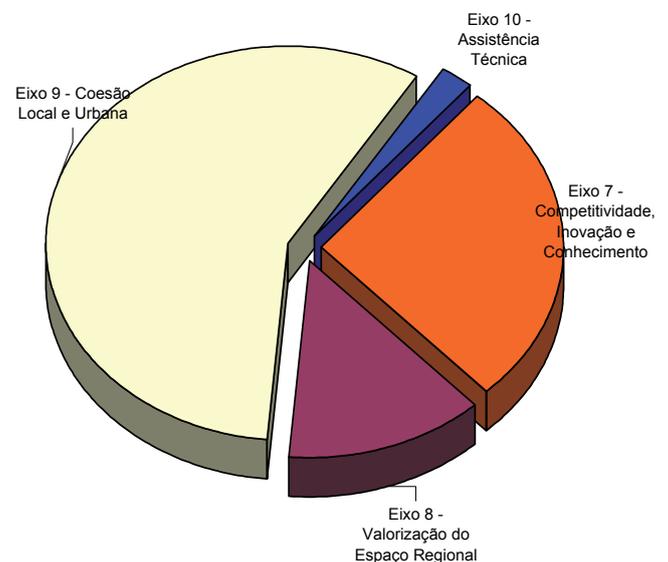
Fonte: INALENTEJO 31-12-2014

A coerência da relação entre os eixos é idêntica, quer se tenham em conta os valores aprovados, quer os valores executados, ocupando a coesão local e urbana o maior peso no Programa, seguida da competitividade, inovação e conhecimento e só aparecendo em terceiro lugar a Valorização do Espaço Regional.

FEDER Aprovado por Eixo



FEDER Executado por Eixo



FEDER Aprovado per capita por NUTS III / Dezembro de 2014



O cálculo dos valores de FEDER aprovados teve em conta exclusivamente os investimentos regionalizados. É ainda de ter em conta que nas NUTS III mais populosas, tal como o próprio conceito indica, os valores per capita são influenciados por este factor ■

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Investimentos em destaque

Beneficiário:

Associação para o Desenvolvimento do Torrão

Código da Operação:

ALENT-09-0356-FEDER-002063

Designação da Operação:

Centro Infantil de Alcácer do Sal "Universo da Brincadeira"

Concelho (Localização Física da Operação):

Alcácer do Sal

Regulamento:

Equipamentos para a Coesão Local

Investimento Elegível Aprovado:

192.644,34 euros

FEDER Aprovado:

163.747,69 euros

Descrição:

A operação visa a requalificação do Centro Infantil de Alcácer do sal o qual se encontra desadequado face às necessidades e legislação em vigor, pelo que se torna imprescindível a intervenção no espaço. Para a concretização da operação são necessários realizar trabalhos para ampliação de duas salas. A ampliação permitirá a criação de uma sala parque no berçário, zona de higienização e copa de leites de apoio ao berçário e de uma nova sala de multiusos. As instalações sanitárias de apoio à creche serão melhoradas, com a colocação de loiças sanitárias de tamanho infantil e a introdução de bancada de mudas, com banheira incorporada. O pavimento do edifício será substituído. Todo o edifício beneficiará de pintura de paredes interiores e exteriores, bem como pintura de portas, janelas e gradeamentos. No exterior pretende-se o nivelamento do pavimento existente. O equipamento infantil será melhorado ao nível da pintura e da substituição de peças, como cordas e madeiras que se encontram em mau estado, representando perigo para as crianças. Será também adquirido mobiliário para as salas de atividades proporcionando um melhor e mais adequado apetrechamento. O Equipamento informático, é inexistente tornando-se imprescindível a aquisição de computador, impressora com scanner e fotocopiadora para a realização e preparação dos trabalhos.

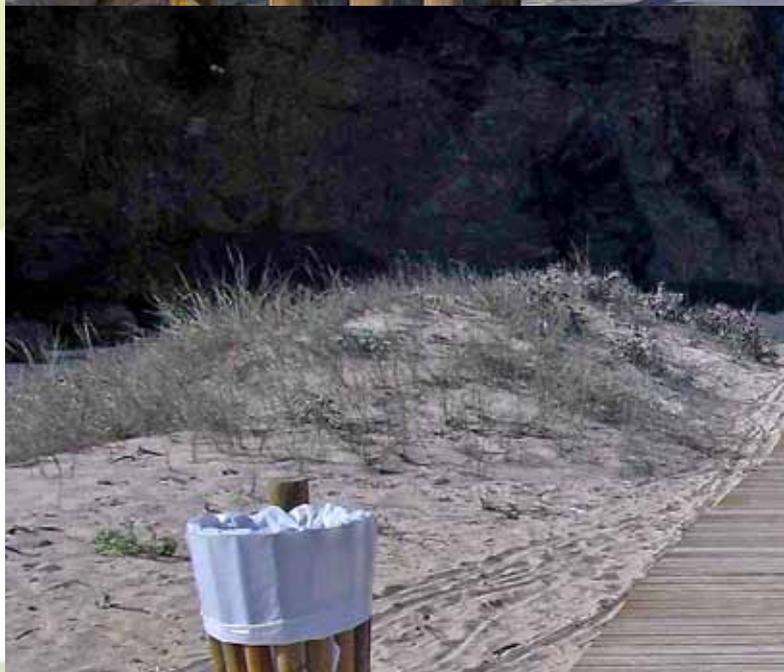




Beneficiário:**Polis Litoral Sudoeste****Código da Operação:****ALENT-08-0232-FEDER-001945****Designação da Operação:****Conservação e Valorização do Litoral Alentejano no concelho de Odemira****Concelho (Localização Física da Operação):****Odemira****Regulamento:****Acções de Valorização do Litoral****Investimento Elegível Aprovado:****2.614.375,50 euros****FEDER Aprovado:****1.830.062,85 euros****Descrição:**

Constitui-se como objetivo específico da candidatura a valorização e a requalificação dos espaços balneares no litoral de Odemira, nas Praias das Furnas, Alteririnhos, Norte de Odeceixe e Vila Nova de Mil Fontes. Os objetivos detalhados ao nível de cada uma destas ações encontram-se na Memória Descritiva da Candidatura.

Os trabalhos a implementar, envolvem, genericamente, i) o ordenamento e regularização de acessos, incluindo estacionamento, ii) a formalização de percursos pedonais, incluindo beneficiação dos existentes, iii) a definição de percursos interpretativos, colocação de sinalética territorial e informativa, iv) a renaturalização de áreas naturais degradadas, por via da proliferação natural das espécies autóctones, v) a requalificação de espaço público urbano (em VN Mil Fontes), em toda a zona ribeirinha e marginal, assim como nos espaços de acessos às praias e outros espaços de estadia, vi) a reformulação das infraestruturas da rede de abastecimento de água, da rede de esgotos, da rede de drenagem de águas pluviais / residuais, da rede elétrica de serviços públicos, da rede de telecomunicações e reformulação da recolha dos resíduos sólidos urbanos, e vii) a intervenção na estrutura ecológica urbana e espaços verdes criando novas áreas de estadia.





Beneficiário:**Município de Grândola****Código da Operação:****ALENT-08-0347-FEDER-001394****Designação da Operação:****Requalificação das Estações Arqueológicas DOLMEN da Pedra Branca e Necrópole das Cistas das Casas Velhas****Concelho (Localização Física da Operação):****Grândola****Regulamento:****Património Cultural****Investimento Elegível Aprovado:****106.161,16 euros****FEDER Aprovado:****90.236,99 euros****Descrição:**

A presença de comunidades neolíticas no Alentejo foi prolífica, sendo traduzida pelos vestígios distribuídos pela região, nomeadamente monumentos funerários como os dólmenes ou antas e as cistas. Essas comunidades, caracterizadas pelo sedentarismo, foram portadoras de novas técnicas de produção, em particular a agricultura e a metalurgia.

Estas atividades de subsistência conduziram a uma organização social e atitude religiosa representadas através das edificações erigidas, que expressavam o seu desenvolvimento cultural e artístico.

Nesse sentido, a presente operação visa a requalificação das estações, permitindo o usufruto de um património rico que faz parte de um período pré-histórico integrado no circuito arqueológico temático que abrange o período da pré-história à época romana, iniciado com a requalificação do Monumento Megalítico do Lousal e a estação romana do Cerrado do Castelo.





**Beneficiário:****Município de Sines****Código da Operação:****ALENT-07-0365-FEDER-001728****Designação da Operação:****Reformulação da Iluminação Pública****Concelho (Localização Física da Operação):****Sines****Regulamento:****Energia****Investimento Elegível Aprovado:****574.016,91 euros****FEDER Aprovado:****487.913,91 euros****Descrição:**

A operação Reformulação da Iluminação Pública consiste em reformular a iluminação da cidade de Sines de modo a utilizar racionalmente a energia elétrica necessária à alimentação da rede pública de iluminação durante as horas noturnas, nas zonas de intervenção definidas, como sendo ação estratégica do Município de Sines no conceito de um concelho mais verde. Adaptar a cidade com um moderno sistema de Iluminação Pública, constituído por instalação de sistemas de regulação de fluxo luminoso, substituição de luminárias ineficientes ou com mais de 10 anos de utilização, por equipamentos com melhor capacidade de reflexão e/ou necessidade de fontes de luz de menor potência, bem como, substituição de balastos ineficientes ou com mais 10 anos e substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por fontes de luz mais eficientes ■







Casa do Álamo - Alter do Chão



